

CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO E TRIBUTÁRIO
FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE LISBOA
MESTRADO PROFISSIONALIZANTE
ANO LETIVO 2019/2020

CORPO DOCENTE:

PROFESSOR DOUTOR GUILHERME W. D'OLIVEIRA MARTINS

PROGRAMA

- 1. Apresentação e programa da cadeira. Diplomas relevantes.**
- 2. As garantias dos contribuintes: meios não impugnatórios e impugnatórios: administrativos e judiciais. Evolução**
 - a. O sistema do administrador-juiz
 - b. A jurisdicionalização do Contencioso Tributário e tutela jurisdicional plena e efetiva dos contribuintes perante a Administração no Estado Pós-Social
 - c. A ausência da tutela jurisdicional plena e efetiva dos contribuintes até às reformas fiscais de final dos anos 80: referência à legislação fiscal anterior à reforma
 - d. A discricionariedade técnica como forma de impedir a tutela jurisdicional plena e efetiva
 - i. A discricionariedade técnica na jurisprudência da 2.^a Secção do STA
 - ii. A discricionariedade e a vinculação da administração na jurisprudência da 2.^a Secção do STA
 - e. O Código de Procedimento e Processo Tributário como exemplo da ainda não completa jurisdicionalização do Contencioso Tributário
- 3. Princípios de procedimento e processo tributário**
 - a. Contraditório

- b. Segurança e certeza
- c. Celeridade
- d. Simplicidade de termos
- e. Informalidade
- f. Proporcionalidade
- g. Duplo grau de decisão
- h. Cooperação
- i. Impugnação unitária

4. O pré-contencioso

- a. As informações vinculativas
- b. Os Acordos Prévios de Preços de Transferência
- c. A remissão e o perdão fiscal
- d. Os mecanismos da avaliação indireta
- e. A auditoria e a certificação legal de contas
- f. O controlo de qualidade empresarial

5. O Procedimento tributário

- a. O ato tributário e a noção de procedimento tributário
- b. A impugnação de atos em matéria tributária
- c. A reclamação graciosa e o recurso hierárquico contra os atos da administração tributária
- d. Procedimento tributário nos Impostos sobre o Rendimento
- e. Procedimento tributário em sede do Impostos sobre o Consumo e sobre o Património

6. O Contencioso Tributário

- a. A noção de contencioso tributário
- b. A organização atual dos Tribunais Administrativos e Fiscais
- c. Os meios jurisdicionais de garantias dos contribuintes
- d. O processo judicial de impugnação fiscal
 - i. Elementos subjetivos, objetivos, fases do processo
 - ii. Os recursos
- e. Processos especiais:
 - i. Ações para reconhecimento de um direito ou interesse em matéria tributária
 - ii. Intimação para um comportamento
 - iii. Providências cautelares a favor do contribuinte
 - iv. Impugnação de providências cautelares adotadas pela Administração Tributária
 - v. Derrogação do sigilo bancário
- f. O processo de execução fiscal: aspetos gerais e recursos
- g. Contencioso tributário nos Impostos sobre o Rendimento, o Consumo e o Património
- h. Contencioso tributário em sede do Direito Aduaneiro

7. Meios alternativos de resolução de litígios: a arbitragem tributária

- a. Arbitragem e justiça fiscal
- b. Constituição do tribunal arbitral e os seus efeitos
- c. Processo arbitral: tramitação e prova
- d. Âmbito da arbitragem tributária
- e. A decisão de recorrer à arbitragem
- f. Decisão arbitral
 - i. Prazo, deliberação e publicação
 - ii. Efeitos e impugnação

8. As Características da Relação Jurídica Tributária no Estado Social e Pós-Social, a sua Influência no Contencioso Tributário

- a. A relação jurídica tributária centrada nos deveres de cooperação do sujeito passivo e na tributação segundo métodos diretos
 - i. A violação de deveres de cooperação e a sua influência na prova no contencioso tributário: Regras de ónus de prova (objetivo), medida da prova e diminuição da medida da prova)
 - ii. A violação de deveres de cooperação e a sua influência na admissibilidade dos métodos indiretos ou presuntivos
- b. A indeterminação legal, as tipificações e os atos-massa
- c. As restrições ao direito à notificação e à audição e a sua repercussão no Contencioso Tributário
 - i. A troca de informações entre administrações tributárias e a assistência à cobrança entre as mesmas no quadro da CE,
 - ii. A troca de informações entre administrações tributárias e a assistência à cobrança entre as mesmas no quadro da OCDE (ou das Convenções de Dupla Tributação)

9. Estudo de caso: simulação de um processo arbitral tributário.

BIBLIOGRAFIA

- a) fundamental:
.VÍTOR FAVEIRO, NOÇÕES FUNDAMENTAIS DE DIREITO FISCAL PORTUGUÊS, VOLS. I E II, 1982;
JOSÉ LUÍS SALDANHA SANCHES, MANUAL DE DIREITO FISCAL, 3ª EDIÇÃO, COIMBRA: COIMBRA EDITORA, 2007;

. JORGE LOPES DE SOUSA, CÓDIGO DE PROCEDIMENTO E DE PROCESSO TRIBUTÁRIO – ANOTADO E COMENTADO, 5ª ED., ÁREAS EDITORA, LISBOA, 2006 (I VOLUME) / 2007 (II VOLUME).
.ANTÓNIO LIMA GUERREIRO, LEI GERAL TRIBUTÁRIA (ANOTADA), LISBOA: REI DOS LIVROS, 2002.

b) facultativa (geral):

.PIERO AICCARDI, RIFLESSIONE SULLA NATURA DEL PROCESSO TRIBUTARIO, DPT, VOL. LVI - I (1985);
.ALBERTO XAVIER - ASPECTOS FUNDAMENTAIS DO CONTENCIOSO TRIBUTÁRIO, LISBOA, 1972;
CONCEITO E NATUREZA DO ACTO TRIBUTÁRIO, ALMEDINA, COIMBRA, 1972;
.ANTÓNIO BRÁS TEIXEIRA, PRINCÍPIOS DE DIREITO FISCAL, COIMBRA, 1979;
.DIOGO LEITE CAMPOS, MÓNICA LEITE DE CAMPOS, DIREITO TRIBUTÁRIO, ALMEDINA, COIMBRA, 1996;
.JOSÉ CASALTA NABAIS - "JURISPRUDÊNCIA DO TRIBUNAL CONSTITUCIONAL EM MATÉRIA FISCAL", SEP., ESTUDOS SOBRE A JURISPRUDÊNCIA DO TRIBUNAL CONSTITUCIONAL, LISBOA 1983
OCDE (PUBLICAÇÕES) - "THE REVISION OF THE MODEL CONVENTION PARIS", 1992
.PAULO DE PITTA E CUNHA, A FISCALIDADE DOS ANOS 90, ALMEDINA, COIMBRA, 1996;
.RODRIGUES PARDAL, QUESTÕES DE PROCESSO FISCAL (I), LISBOA;
- RECLAMAÇÃO, VERIFICAÇÃO E GRADUAÇÃO DE CRÉDITOS EM PROCESSO DE EXECUÇÃO FISCAL, LISBOA;
.NUNO SÁ GOMES, ESTUDOS SOBRE A SEGURANÇA JURÍDICA NA TRIBUTAÇÃO E AS GARANTIAS DOS CONTRIBUÍNTES, LISBOA, 1993;
.J. L. SALDANHA SANCHES, O ÓNUS DA PROVA NO PROCESSO FISCAL, LISBOA, 1987;
- PRINCÍPIOS DE CONTENCIOSO TRIBUTÁRIO, LISBOA, 1987;
.PEDRO SOARES MARTINEZ, DA PERSONALIDADE TRIBUTÁRIA, LISBOA, 1953;
- MANUAL DE DIREITO FISCAL, COIMBRA, 1993;
.ALFREDO J. SOUSA, JOSÉ DA SILVA PAIXÃO, CÓDIGO DO PROCESSO TRIBUTÁRIO COMENTADO E ANOTADO, COIMBRA, 1991;

c) facultativa (arbitragem tributária)

.ALMEIDA, MÁRIO AROSO DE, O NOVO REGIME DO PROCESSO NOS TRIBUNAIS ADMINISTRATIVOS, COIMBRA, ALMEDINA, 2005;

.ALMEIDA, SAMUEL FERNANDES DE, “PRIMEIRAS REFLEXÕES SOBRE A LEI DE ARBITRAGEM EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA”, IN ESTUDOS EM HOMENAGEM AO PROFESSOR DOUTOR J.L. SALDANHA SANCHES, VOL. V, COIMBRA EDITORA, 2011;

- “A ARBITRAGEM NO DIREITO ADMINISTRATIVO PORTUGUÊS”, IN LA CONTRATACIÓN PÚBLICA EN EL HORIZONTE DE LA INTEGRACIÓN EUROPEA, 2004;

.CAMPOS, DIOGO LEITE DE, A ARBITRAGEM TRIBUTÁRIA “A CENTRALIDADE DA PESSOA”, COIMBRA, ALMEDINA, 2010

- “A ARBITRAGEM VOLUNTÁRIA. JURISDIÇÃO TÍPICA DO ESTADO-DOS-DIREITOS E DOSCIDADÃOS”, IN A EVOLUÇÃO DO DIREITO NO SÉCULO XXI, ESTUDOS EM HOMENAGEM DO PROFESSOR DOUTOR ARNOLD WALD, COIMBRA, ALMEDINA, 2007

- “A ARBITRAGEM EM DIREITO TRIBUTÁRIO”, IN SEPARATA DE ESTUDOS JURÍDICOS E ECONÓMICOS EM HOMENAGEM AO PROFESSOR DOUTOR ANTÓNIO SOUSA RIBEIRO, FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE LISBOA, COIMBRA EDITORA, 2006;

.CATARINO, JOÃO RICARDO, “A ARBITRAGEM E OS DIREITOS DOS CONTRIBUINTES NO PROCEDIMENTO FISCAL”, IN REVISTA DA ORDEM DO TÉCNICOS OFICIAIS DE CONTAS, N.º 117, ANOX, 2009;

.ESQUIVEL, JOSÉ LUÍS, “A ARBITRAGEM INSTITUCIONALIZADA E OS CONFLITOS DE DIREITO ADMINISTRATIVO”, IN MAIS JUSTIÇA ADMINISTRATIVA E FISCAL, ORG. NUNO DE VILLALOBOS E MÓNICA BRITO VIEIRA, COIMBRA EDITORA, 2010;

.FALCÃO, JOSÉ ALBERTO POÇAS, “ARBITRAGEM TRIBUTÁRIA”, IN REVISTA PORTUGUESA DE CONTABILIDADE, N.º 002, VOL. I, 2011;

.FERREIRA, EDUARDO PAZ, “A POSSIBILIDADE DA ARBITRAGEM TRIBUTÁRIA”, IN A ARBITRAGEM EM DIREITO TRIBUTÁRIO, I CONFERÊNCIA AIBAT-IDEFF, ALMEDINA, 2010.